

PROTAGONISMO FEMININO EXTRATIVISTA NOS CAMINHOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

EXTRACTIVE FEMALE PROTAGONISM ON THE PATHS OF SOLIDARITY ECONOMY

Rosana Teixeira de Jesus¹
Adebaro Alves dos Reis²
Antônio Jorge Paraense da Paixão³
Maria José de Souza Barbosa⁴
Roberta de Fátima Rodrigues Coelho⁵

Área Temática 06: Cooperativismo, Economia Solidária e Gestão de Empreendimentos
Modalidade: Artigo Científico

Resumo

A relação entre comunidades tradicionais e a floresta é essencial para conservar a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos. As mulheres, por meio do extrativismo em territórios tradicionais da Amazônia e de outras regiões do Brasil, têm papel fundamental na sobrevivência das famílias, na economia local e na preservação ambiental. Nesse espaço a economia solidária surge como uma alternativa transformadora para romper com a invisibilidade das mulheres, ao fomentar modelos de organização que valorizam a cooperação, a autogestão, a solidariedade e a equidade social. Neste artigo adotou-se a revisão bibliográfica sistemática como metodologia, sob abordagem qualitativa. A análise foi conduzida por meio de leitura crítica e categorização temática das contribuições, desafios e propostas encontradas na literatura selecionada. Teve-se como objetivo, portanto, reunir e analisar a produção científica sobre o protagonismo feminino na atividade extrativista articulado à economia solidária, buscando identificar avanços, desafios e lacunas teóricas. Os resultados indicam que o protagonismo de mulheres extrativistas na economia solidária se expressa em quatro categorias principais: autonomia econômica e empoderamento; organização social e cooperativismo com foco no extrativismo feminino rural; desigualdades de gênero e invisibilidade; e práticas sustentáveis de conservação da sociobiodiversidade. Evidencia-se que o protagonismo dessas mulheres exerce papel crucial para além da subsistência familiar, aliado à economia solidária, enquanto um caminho relevante para a autonomia feminina, valorização do trabalho, conservação ambiental e construção do desenvolvimento mais justo; aponta-se, nessas leituras, avanços na visibilidade e organização dessas mulheres, embora ressaltando desafios que persistentes, como as desigualdades de gênero e a necessidade de fortalecimento de suas estruturas organizativas para alcançar seu pleno potencial emancipador.

Palavras-Chave: Mulheres extrativistas; Empoderamento feminino; Sociobiodiversidade.

¹ IFPA; rosana.dejesus@ifpa.edu.br

² IFPA-campus Castanhal; adebaro.reis@ifpa.edu.br

³ IFPA-campus Ananindeua; Antonio.paixao@ifpa.edu.br

⁴ Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares – IFPA Campus Castanha; e-mail: majsb.ufpa@gmail.com

⁵ IFPA-campus Castanhal; roberta.coelho@ifpa.edu.

Abstract

The relationship between traditional communities and the forest is essential to conserving biodiversity and ecosystem services. Women, through extractivism in traditional territories in the Amazon and other regions of Brazil, play a fundamental role in the survival of families, the local economy, and environmental preservation. In this space, the solidarity economy emerges as a transformative alternative to break with the invisibility of women, by fostering organizational models that value cooperation, self-management, solidarity, and social equity. This paper adopted a systematic bibliographic review as the methodology, with a qualitative approach. The analysis was conducted through critical reading and thematic categorization of the contributions, challenges, and proposals found in the selected literature. Therefore, the objective was to gather and analyze the scientific production on the female protagonism in extractive activity linked to the solidarity economy, seeking to identify advances, challenges, and theoretical gaps. The results indicate that the leading role of women extractivists in the solidarity economy is expressed in four main categories: economic autonomy and empowerment; social organization and cooperativism with a focus on rural female extractivism; gender inequalities and invisibility; and sustainable practices for the conservation of sociobiodiversity. It is evident that the leading role of these women plays a crucial role beyond family subsistence, combined with the solidarity economy, as a relevant path for female autonomy, valorization of work, environmental conservation and construction of fairer development; these readings point to advances in the visibility and organization of these women, although highlighting persistent challenges, such as gender inequalities and the need to strengthen their organizational structures to achieve their full emancipatory potential.

Keywords: Women extractivists; Female empowerment; Sociobiodiversity.

1. Introdução

A intrínseca ligação entre comunidades tradicionais e a floresta tem sido amplamente reconhecida como fundamental para a conservação da biodiversidade e a manutenção dos serviços ecossistêmicos (IPBES, 2019). Nesse cenário, destaca-se a atuação das mulheres extrativistas, cujo papel vai além da garantia da subsistência familiar, assumindo relevância na promoção de modelos econômicos mais equitativos e sustentáveis.

As práticas extrativistas desenvolvidas por mulheres em territórios tradicionais da Amazônia e de outras regiões brasileiras desempenham um papel essencial na reprodução da vida, na manutenção da biodiversidade e na economia das famílias.

Essas mulheres atuam na coleta, beneficiamento e comercialização de produtos da sociobiodiversidade, como sementes, frutos e óleos, sendo peças-chave na sustentabilidade ambiental e na segurança alimentar de suas comunidades. Apesar disso, seu trabalho historicamente foi e ainda é invisibilizado ou classificado como mera ajuda, sendo subvalorizado nos sistemas produtivos convencionais.

A economia solidária tem se apresentado como um campo promissor para o reconhecimento e a valorização dessas mulheres, ao propor formas de organização baseadas na

cooperação, autogestão, solidariedade e justiça social. Nesse contexto, mulheres extrativistas têm protagonizado experiências que combinam práticas tradicionais com inovações sociais, contribuindo para sua autonomia econômica e para a resiliência de seus territórios. A articulação entre protagonismo feminino, extrativismo sustentável e economia solidária torna-se, assim, um campo fértil para a análise crítica e para o fortalecimento de políticas públicas inclusivas.

Para Gaiger (2003), a economia solidária representa a germinação de uma nova “forma social de produção” e caracteriza-se pela presença crescente de grupos informais, associações e empresas de trabalhadores organizadas, em bases cooperativas e em regime de autogestão, manifestando verdadeiro poliformismo institucional, de empreendimentos situados em diferentes atividades produtivas – da produção familiar à indústria de transformação – envolvendo diversas categorias de trabalhadores.

Essa “nova forma de produção” implica uma mudança fundamental na maneira como as pessoas se organizam para produzir, pois não se trata apenas de novas técnicas ou produtos, mas de uma lógica diferente de relações de trabalho, propriedade e distribuição de resultados, incluindo grupos de pessoas que se unem de maneira horizontal e em cooperação, onde os próprios trabalhadores têm papel central na gestão dos empreendimentos (autogestão), diferente da estrutura hierárquica tradicional das empresas capitalistas.

Em Gadotti (2009), a economia solidária se caracteriza pela desmercantilização do processo econômico, o que significa a eliminação do lucro como categoria, mas não o fim do mercado em si, que pode existir sob uma lógica solidária. Para esse autor, a economia solidária está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento sustentável (ou, mais precisamente, à vida sustentável), implicando respeito ao meio ambiente e o cuidado com o planeta. Um aspecto central nesta visão é que a economia solidária é uma práxis pedagógica em si mesma.

A economia solidária é um processo contínuo de aprendizado das práticas de ajuda mútua, solidariedade e igualdade, na medida em que requer a re-educação da aqueles formados na mentalidade capitalista, pois exige a construção de uma pedagogia específica, que vá além de cursos e envolva a construção de valores e uma cultura solidária juntos, vinculando o pensar ao fazer.

A cooperação é, portanto, um dos pilares essenciais da economia solidária, diferentemente da lógica competitiva do mercado convencional, ao promover a união de

esforços entre indivíduos e empreendimentos com o propósito de atingir objetivos coletivos. A autogestão torna-se, nesse contexto, uma forma de gestão democrática e participativa, na qual os próprios trabalhadores e demais envolvidos tomam as decisões.

Ao adotar a autogestão busca-se fortalecer os trabalhadores, garantindo-lhes voz ativa e influência sobre o próprio trabalho e os rumos da organização. Desta forma, a solidariedade torna-se o elo que conecta os participantes da economia solidária, sustentada por empatia, apoio mútuo e responsabilidade compartilhada. Ela vai além da cooperação, refletindo um compromisso profundo com o bem-estar coletivo e com a construção de uma sociedade mais equitativa. Essa prática contrasta com os modelos hierárquicos tradicionais, nos quais o poder está concentrado em um proprietário ou gestor.

Ao se organizarem em coletivos e empreendimentos solidários, as mulheres encontram espaços de valorização de seu trabalho, de tomada de decisão compartilhada e de construção de relações econômicas mais justas e equitativas.

Da Silva; Maneschy (2022) argumentam que a força de trabalho feminina foi ao longo do tempo utilizada pelo capitalismo, tanto em sua expansão inicial, quanto em situações específicas, com a finalidade básica de baixar custos, tendo em vista a mística de que a mulher, por suas características peculiares, propicia “naturalmente” a “criação de mais valia absoluta”. Não fosse a reação da sociedade, o empresariado teria utilizado de forma exacerbada e vantajosa a força de trabalho da mulher menos organizada coletivamente e, muitas vezes, dispersa nas formas de trabalho em domicílio a serviço de contratadores, em diversos ramos de atividade.

Diante deste contexto, esse trabalho tem como objetivo realizar uma revisão sistemática sobre o protagonismo feminino na atividade extrativista, articulado à economia solidária, a partir da perspectiva interdisciplinar, envolvendo as temáticas de gênero, agroecologia, sociologia rural e economia alternativa.

2. Metodologia

A presente pesquisa realizou uma revisão bibliográfica com o objetivo de identificar e analisar a produção científica nacional acerca do protagonismo de mulheres extrativistas no contexto da economia solidária. Para isso, foram consultadas as seguintes bases de dados:

SciELO, Google Scholar, Scopus, Periódicos CAPES e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD).

A busca foi orientada por uma estratégia de combinação de descritores, que formaram uma unidade metodológica com os seguintes termos: “protagonismo feminino”, “mulheres extrativistas”, “economia solidária”, “empoderamento feminino”, “agroextrativismo”, “sociobiodiversidade” e “Amazônia”.

Foram definidos os seguintes critérios de inclusão:

- Publicações no período de 2010 a 2024;
- Estudos que abordassem experiências de mulheres em atividades extrativistas ou agroextrativistas;
- Trabalhos que estabelecessem relação com economia solidária, cooperativismo ou organizações de base comunitária;
- Textos redigidos nos idiomas português, espanhol ou inglês.

Foram adotados também critérios de exclusão, que consideraram:

- Estudos duplicados entre bases de dados;
- Trabalhos que não abordassem questões de gênero ou protagonismo feminino;
- Produções de caráter exclusivamente técnico, sem aprofundamento crítico ou analítico.

Após a triagem conforme os critérios estabelecidos, foram selecionados 23 estudos para análise. Em seguida, procedeu-se à análise crítica do conteúdo, com categorização temática das principais contribuições, desafios e propostas presentes na literatura selecionada, de forma a aprofundar a compreensão da temática investigada.

3. Resultados/Discussões

A revisão da literatura revelou que o protagonismo de mulheres extrativistas na economia solidária se manifesta por meio de quatro grandes categorias temáticas, as quais foram agrupadas em forma de subitens a fim de dar uma coerência didática.

3.1. Autonomia econômica e empoderamento de mulheres extrativistas:

Destaca-se que a participação em empreendimentos de economia solidária tem contribuído para ampliar a autonomia econômica das mulheres extrativistas, a qual se expressa não apenas na geração de renda, mas também na valorização dos saberes tradicionais e no reconhecimento social de seu trabalho, conforme apontam Neves *et al.* (2021); Siliprandi (2011). Assim, por autonomia compreende-se a possibilidade de autodeterminação do indivíduo, para organizar e desenvolver seu trabalho, definindo os propósitos e agindo em consequência deles, como a capacidade de gerar renda e de decidir a forma como ela será utilizada, para gastos próprios ou não (Fernandes; Mota, 2014). Essa definição enfatiza não apenas a liberdade de escolher e organizar o próprio trabalho, mas também o controle sobre o uso da renda gerada.

Em Laville; Junior (2024) a economia solidária não pode ser reduzida à dimensão econômica, de modo de produção e de relações de trabalho, bem como, que existe uma dimensão política emancipadora inerente a ela. Esses autores criticam tanto a sociologia do trabalho ortodoxa quanto a abordagem da Organização Internacional do Trabalho (OIT) por terem uma ótica reducionista da economia solidária, pois ela não se restringe à dimensão do trabalho.

No contexto da economia solidária sob a ótica da produção extrativista, a maioria das vezes envolvem formas de trabalho não assalariado, alinhando-se perfeitamente com as afirmações de Laville; Junior (2024), ao perceberem a necessidade de se ir além da análise centrada no trabalho, particularmente no assalariamento ou na empresa/organização isolada. Analisar o “protagonismo” exige olhar para as dimensões de gestão, poder e transformação sociocultural, envolvendo o mundo da vida e o mundo do trabalho.

Dos Santos (2023) ao analisar o assentamento “Barreirinho”, onde as mulheres criaram uma cooperativa de produtos extrativistas, com o intuito de melhorar a condição financeira sob a atividade do cuidado ambiental. Ele observou que o extrativismo é mais do que uma atividade econômica, pois tem como pilar fundamental a conquista da autonomia, o fortalecimento do

empoderamento individual e coletivo, assim como a promoção da sustentabilidade, intrinsecamente ligados à sua luta pela terra e pelo reconhecimento de seu papel como camponesas e extrativistas. Essa perspectiva nos mostra que a atividade extrativista tem se constituído como afirmação de identidade e de busca por justiça social. que para essas mulheres.

A autonomia econômica de mulheres extrativistas, segundo Do Nascimento; Mota (2019) se relaciona à geração de renda e ao controle sobre esses recursos, a fim de ampliar, para incluir a capacidade de autodeterminação no trabalho e a participação em processos de decisão. Além disso, aponta o engajamento político e a organização em movimentos sociais (aspectos do empoderamento), como caminhos cruciais para alcançar essa autonomia e superar desigualdades e submissões.

Nesse sentido, Do Nascimento; Mota (2019) destacam a importância de as mulheres terem voz ativa sobre como e onde trabalham, e como os recursos gerados são utilizados em suas comunidades e famílias, o que reflete o empoderamento profundo, na medida em que as mulheres não são apenas provedoras, mas agentes de mudança em seus próprios contextos. Elas ressaltam que a luta por igualdade e o enfrentamento das desigualdades e submissões não são apenas questões individuais, mas coletivas e políticas.

Ao abordarem a autonomia das mulheres envolvidas no extrativismo da mangaba, em uma área rural do Pará, Fernandes; Mota (2014) concluem que o acesso a recursos financeiros é vital para que a mulher possa ter maior autonomia. Essa condição não é suficiente, porque não se deve esquecer o papel central da autodeterminação, uma ação condicionada por predisposições culturais e traços individuais. Desta forma, as autoras mostram a centralidade do acesso a recursos financeiros, como um passo inicial para a autonomia, mas enfatizam que a verdadeira autonomia se concretiza quando as mulheres possuem a capacidade de autodeterminação, influenciada por fatores culturais e individuais, uma perspectiva complexa, mas valiosa para entender os desafios enfrentados por essas mulheres.

3.2. Organização social e cooperativismo com ênfase ao extrativismo feminino no meio rural

Brancaleone (2020) nos traz um conceito de auto-organização social, que abrange um vasto conjunto de práticas teórico-históricas e contemporâneas, protagonizadas pelos trabalhadores e setores subalternos, que buscam construir relações de trabalho e vida coletiva

baseadas na cooperação, horizontalidade, democracia e autonomia, como forma de resistência ou alternativa às estruturas de dominação do capitalismo e do Estado. Essa perspectiva propõe uma resistência ativa às estruturas tradicionais de dominação, como o capitalismo e o Estado, evidenciando a busca por modelos mais justos e autogeridos de organização social.

Enquanto Gadotti (2009), ao discutir essa problemática entende que as formas de organização social são relevantes no contexto da economia solidária e nas lutas por uma sociedade alternativa, devido operar na esfera da sociedade civil, especialmente, as organizações populares, os movimentos sociais e as ONGs autênticas. Estas se distinguem pela sua base comunitária e popular, compromisso com a participação e a democracia, luta contra a exclusão e as desigualdades, pois visam a transformação social e econômica, com base em valores solidários e não capitalistas. Elas atuam em redes e parcerias, focando em ações sociais estruturais em oposição a abordagens assistencialistas.

A literatura analisada evidencia a criação de associações, cooperativas e coletivos de mulheres, o que tem fortalecido o acesso a políticas públicas, financiamentos e mercados. Esse fator é apontado como central para a permanência das mulheres no campo, ampliando o protagonismo, como mostram Gaiger (2019) e Andrade (2011). Eles entendem que ao unirem forças, as mulheres conseguem superar barreiras individuais que, de outra forma, seriam mais difíceis de alcançar. Essa união não apenas facilita o acesso a recursos, mas também impulsiona o protagonismo feminino no meio rural, ao se organizarem coletivamente. As mulheres, nesse contexto, ganham voz, fortalecem sua representatividade e conquistam maior poder de decisão em suas comunidades e atividades produtivas.

O que é evidenciado por Maciel *et al* (2021) ao ilustrarem, de forma convincente, a tese de que a organização social de mulheres, como associações ou cooperativas, fortalece seu acesso a políticas públicas, mercados e contribui para a geração de renda. Além disso, reforça o papel dessas organizações na promoção do protagonismo feminino, da inclusão social e produtiva, do reconhecimento social e da valorização do seu trabalho tradicional.

No entanto, a análise de Rocha *et al* (2020), sobre a experiência das mulheres extrativistas na Ilha de Marajó, traz uma perspectiva realista. Embora a cooperativa seja vista como um potencial caminho para valorizar seu trabalho e cultura (no caso, da extração do óleo de andiroba), embora eles revelem fragilidades internas em termos da infraestrutura, organização, liderança e, principalmente, na capacidade de gerar renda adequada. Essas

dificuldades acabam obstaculizando a cooperativa cumprir plenamente seu papel de facilitar o acesso a financiamentos e políticas públicas. Os autores alertam que a simples existência de uma organização coletiva não garante automaticamente o empoderamento e o acesso a oportunidades. É fundamental que essas organizações sejam robustas, bem estruturadas e recebam apoio contínuo para superar suas vulnerabilidades e, de fato, proporcionar melhorias concretas nas condições de vida e trabalho das mulheres.

3.3. Desigualdades de gênero e invisibilidade de mulheres extrativistas

Mesmo com avanços muitas mulheres continuam enfrentando barreiras culturais, políticas e econômicas que limitam sua atuação plena. A dupla jornada de trabalho, a ausência de reconhecimento formal de suas atividades e a baixa representação política são desafios recorrentes, situações essas que obstaculizam suas relações socioeconômicas e político-culturais que refletem em processos de desigualdades estruturais e indicam a necessidade de políticas e práticas de inclusão das mulheres para além dos cuidados dos afetos.

As desigualdades de gênero são evidenciadas por Da Silva; Maneschy (2022), as quais demonstram como a sobrecarga do trabalho dos cuidados associados as hierarquias patriarcais contribuem para a invisibilidade profissional e econômica das mulheres extrativistas, como as mulheres da cadeia produtiva do caranguejo.

A experiência da Rede de Mulheres Caeteuaras ilustra o processo em curso, de conscientização sobre sua posição de trabalhadoras e o potencial organizativo, para superar esses desafios e conquistar maior autonomia e reconhecimento. Nessas redes as mulheres demonstram processo ativo de conscientização, por parte dessas mulheres, em relação à sua identidade como trabalhadoras. Mais do que isso evidencia o poder da organização coletiva como uma estratégia fundamental para enfrentar os desafios impostos pelas desigualdades de gênero e buscar autonomia e reconhecimento em seu trabalho.

Damasceno *et al* (2024), ao analisarem a perspectiva das mulheres de Tamatateua, mostram como as desigualdades de gênero, enraizadas na divisão sexual do trabalho e na sobrecarga do trabalho de cuidado, limitam as oportunidades de educação e profissionalização no campo, culminando na invisibilidade do trabalho produtivo das mulheres extrativistas. Essa

invisibilidade não é apenas social ou cultural, pois reflete na falta de uma identidade profissional clara e na precariedade das suas condições de trabalho.

3.4. Práticas sustentáveis e conservação da sociobiodiversidade protagonizados por mulheres extrativistas

As mulheres extrativistas são apontadas como guardiãs da floresta, articulando conhecimento ecológico tradicional com práticas agroecológicas e sustentáveis. Um papel fundamental para a conservação de espécies nativas e para a valorização de sistemas produtivos de base ecológica.

A crescente preocupação com a degradação ambiental e a perda da biodiversidade tem direcionado olhares para as práticas de manejo de recursos naturais, desenvolvidas por comunidades tradicionais, em particular, o protagonismo das mulheres extrativistas emerge como um elemento central na promoção de práticas sustentáveis e na conservação da sociobiodiversidade.

Nossas observações partiram da literatura crítica a fim de demonstrar que o conhecimento ecológico local, intrinsecamente ligado às atividades de subsistência e cuidado com o território, desempenhadas por essas mulheres, como uma significativa ação de manutenção dos ecossistemas e do uso responsável dos recursos naturais.

Moreira *et al* (2024) ilustram o protagonismo das mulheres extrativistas costeiras e marinhas na articulação de um conceito (maratório: este termo, combinando “maré” e “território” surgiu do conhecimento situado das mulheres e representa um giro ecoterritorial, desafiando conceitos tradicionais de território.), pois nasce de suas práticas sustentáveis e de seus conhecimentos profundos do ambiente, demonstrando como elas lideram ativamente a luta pela conservação da sociobiodiversidade de seus territórios-maré, enfrentando desafios e construindo redes de solidariedade e resistência.

Par Silva; Maneschy (2020), em seus estudos que, embora focados nas desigualdades de gênero, tangenciam a expertise ambiental dessas mulheres, ao descreverem o profundo conhecimento destas sobre a cadeia produtiva do caranguejo. A familiaridade com os ciclos de vida das espécies, os melhores períodos de coleta e as áreas de reprodução são conhecimentos transmitidos geração a geração, fundamentais para evitar a sobre-exploração e garantir a continuidade dos recursos.

A sabedoria ecológica feminina, muitas vezes invisibilizada pelas estruturas patriarcais, representa um ativo inestimável para a conservação das espécies por elas cultivadas. Assim, as experiências da Rede de Mulheres Caeteuaras, mencionada por Silva; Maneschy (2020), ilustra como a organização e a conscientização podem fortalecer o papel dessas mulheres como agentes de conservação.

Ao se reconhecerem como trabalhadoras e ao se articularem coletivamente, elas ganham voz para defender seus modos de vida sustentáveis e para influenciar as políticas de gestão ambiental em seus territórios. Essa atuação em rede permite o compartilhamento de conhecimentos e a implementação de práticas de manejo inovadoras e adaptadas às especificidades locais.

Essa concepção é corroborada por Bortolotto *et al* (2021), ao ilustrarem como as mulheres inseridas em atividades extrativistas de plantas nativas são protagonistas na organização e implementação de práticas sustentáveis de manejo e produção, desempenhando papel vital na conservação da sociobiodiversidade, em seus territórios, frequentemente através da articulação em redes e do apoio de projetos socioambientais. Desta forma, apesar dos desafios diários, como a sobreposição ao trabalho doméstico e a falta de infraestrutura, elas lutam e se organizam e, com isso têm fortalecido suas atividades socioprodutivas e culturais, além de garantir a continuidade de seus modos de vida sustentáveis e preservação do conhecimento tradicional sobre a biodiversidade.

Fernandes; Mota (2014), dentre outros autores analisados confirmam essa perspectiva. ao discutirem a autonomia, implicitamente a fim de conectar essas ações às práticas de independência econômica das mulheres extrativistas, com sua capacidade de implementar práticas sustentáveis. Quando as mulheres têm controle sobre os recursos gerados por seu trabalho e autonomia para decidir sobre seu uso, elas estão mais aptas a investir em práticas de manejo que garantam a sustentabilidade a longo prazo, em vez de ceder a lógicas de exploração predatória motivadas por necessidades imediatas ou por imposições externas.

A atuação das mulheres extrativistas na conservação da sociobiodiversidade se manifesta de diversas formas: desde o manejo cuidadoso de espécies vegetais e animais, respeitando seus ciclos de reprodução, até a proteção de áreas importantes para a manutenção da vida silvestre e a transmissão de conhecimentos tradicionais para as novas gerações. Suas práticas muitas vezes se baseiam em um profundo respeito à natureza, em uma visão integradora

do ser humano com o ambiente, contrastando com modelos de desenvolvimento que priorizam a exploração intensiva e a monocultura.

Por fim, as práticas sustentáveis e a conservação da sociobiodiversidade protagonizadas por mulheres extrativistas representam um caminho promissor para a proteção ambiental e para a justiça social. Seu conhecimento ecológico local, aliado à sua capacidade de organização e à busca por autonomia, as coloca como atores-chave na construção de um modelo de desenvolvimento mais equitativo e ambientalmente responsável.

4. Considerações Finais

O artigo traz um debate sobre as mulheres extrativistas no desempenho de um papel fundamental que vai além da subsistência familiar, contribuindo para a conservação da biodiversidade e a manutenção dos serviços ecossistêmicos. Sua atuação em territórios tradicionais da Amazônia e outras regiões brasileiras é essencial na reprodução da vida, na manutenção da biodiversidade e na economia das famílias, por meio da coleta, beneficiamento e comercialização de produtos da sociobiodiversidade. Apesar disso, seu trabalho tem sido historicamente invisibilizado e subvalorizado nos sistemas produtivos convencionais.

O protagonismo de mulheres extrativistas articulado à economia solidária representa um caminho significativo para a autonomia feminina, a valorização do trabalho, a conservação ambiental e a construção de um projeto sociedade ancorado no desenvolvimento equitativo e responsável.

Assim, entende-se que a revisão bibliográfica realizada mostra os avanços na visibilidade e organização dessas mulheres, embora apontem desafios persistentes das desigualdades de gênero e da necessidade de fortalecer suas estruturas organizativas, para que cumpram plenamente seu potencial emancipador.

Para futuras ações e pesquisas, sugere-se aprofundar a análise das fragilidades internas das organizações coletivas e desenvolver estratégias para superá-las, garantindo que o acesso a políticas e mercados seja efetivo, uma luta que exige relações de cooperação e mobilização produtiva dos territórios.

Entende-se ser fundamental o fortalecimento das políticas públicas para o reconhecimento formal do trabalho das mulheres extrativistas e promovam a igualdade de

gênero, um enfrentamento efetivo das barreiras culturais e a dupla jornada de trabalho. Nas pesquisas futuras pensa-se em examinar, de modo mais acurado, a relação entre a autonomia econômica e capacidade de implementação de práticas sustentáveis a longo prazo, considerando a influência de fatores culturais e individuais na autodeterminação. A economia solidária, como práxis pedagógicas também merecem investigação fulcral sobre a promoção de uma re-educação voltada a construção de uma cultura solidária, que enfrente o machismo e outras formas de opressão no contexto extrativista.

5. Referências Bibliográficas

BRANCALEONE, Cassio. Auto-organização social no mundo do trabalho e produção: notas para uma crítica à economia solidária. **Política & Sociedade**, v. 19, n. 45, p. 301-336, 2020.

BORTOLOTTI, Ieda Maria et al. Mulheres em rede: conectando saberes sobre plantas alimentícias do Cerrado e Pantanal. **Ethnoscintia-Brazilian Journal of Ethnobiology and Ethnoecology**, v. 6, n. 2, p. 198-232, 2021.

DAMASCENO, Elciene et al. Educação e trabalho no campo: perspectivas das mulheres da comunidade de Tamatateua-PA. **Cadernos de Agroecologia**, v. 19, n. 1, 2024.

DO NASCIMENTO, Diocélia Antônia Soares; DA MOTA, Dalva Maria. O conceito de autonomia em estudos sobre mulheres. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales (RCCS)**, n. 1, p. 10, 2019.

FERNANDES, Thiara; MOTA, Dalva Maria. "É sempre bom ter o nosso dinheirinho": sobre a autonomia da mulher no extrativismo da mangaba no Pará. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 9-24, 2014.

GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. (Educação popular)

GAIGER, Luiz Inácio Germany. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

GAIGER, Luiz Inácio; KUYVEN, Patrícia. Dimensões e tendências da economia solidária no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 34, p. 811-834, 2019.

IPBES (Plataforma Intergovernamental de Políticas Científicas sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos). **Global Assessment Report on Biodiversity and Ecosystem Services**. Bonn: IPBES secretariat, 2019.

LAVILLE, Jean-Louis; SILVA JUNIOR, Jeová Torres. A economia solidária além da questão do trabalho. Caderno EBAPE.BR, v. 22, nº 3, Rio de Janeiro. 2024.

MACIEL, Kleciane Nunes; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; BARBOSA, Luciano Celso Brandão Guerreiro. As mulheres extrativistas da “Associação Aroeira” em Piaçabuçu, Alagoas. **Diversitas Journal**, v. 6, n. 2, p. 2791-2809, 2021.

MOREIRA, Carla et al. “Mas é território ou maré?” O conceito de maretório e as mulheres extrativistas costeiras e marinhas do litoral do Pará, Amazônia, Brasil. **Polis (Santiago)**, v. 23, n. 68, p. 341-381, 2024.

NEVES, Gabriela Chohfi; SEBASTIANI, Renata; DE OLIVEIRA, Renata Evangelista. Mulheres agricultoras e agroextrativistas e seu papel na conservação da biodiversidade e na promoção da agroecologia. **Cadernos de Agroecologia**, v. 16, n. 1, 2021.

ROCHA, Leila Cristina Ferreira et al. Situação socioeconômica e do bem-estar das mulheres extrativistas na Ilha de Marajó, Brasil. **Research, Society and Development**, [s.l.], v. 9, n. 7, e942975203, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i7.5203>. Acesso em: 15 maio. 2023.

DOS SANTOS, Cássia Betania Rodrigues. Mulheres Camponesas no Assentamento Barreirinho-Mg: cultivando o futuro através do Potencial Extrativista Do Cerrado. **Revista Territorial (ISSN 2317-0360)**, v. 12, n. 2, p. 20-37, 2023.

SILIPRANDI, Emma. Pobreza Rural, agricultura e segurança alimentar: os muitos caminhos do empoderamento das mulheres. **Sessão da Comissão Sobre o Status das Mulheres (CSW) DA UN WOMEN**, v. 55, p. 2011, 2011.

DA SILVA, Ana Patrícia Reis; MANESCHY, Maria Cristina. RESEX Mar Caeté -Taperacu e Rede de Mulheres Caeteuaras Pescando Autonomia: uma análise sobre Formas de organização social e a contribuição da autonomia econômica das mulheres para o desenvolvimento sócio ambiental. In: **VI CONGRESSO**. p. 477. 2022.

DA SILVA, Ana Patrícia Reis; MANESCHY, Maria Cristina. Desenvolvimento e Equidade de Gênero? Experiência de um Projeto de Geração de Renda para Mulheres em uma Reserva Extrativista Marinha no Pará. **Revista Científica Gênero na Amazônia**, n. 16-18, p. 249-262, 2022.